



# cadernos de campo

REVISTA DAS ALUNAS E ALUNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL DA USP

33

vol. 33, n. 1

# cadernos de campo

e-ISSN: 2316-9133

revista das alunas e alunos de pós-graduação em antropologia social da USP

## EDITORA EXECUTIVA

**Laura Moutinho**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

## EDITORES RESPONSÁVEIS

**João Victor Gomes Varjão**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, doutorando em Antropologia Social

**Victor Miguel Castillo de Macedo**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pós-doutorando em Antropologia Social

## EDITORES ASSOCIADOS

**Gabriela Lages Gonçalves**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, doutoranda em Antropologia Social

**Giovana Pereira Langoni**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mestranda em Antropologia Social

**Guilherme Augusto Nascimento Amorim**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mestranda em Antropologia Social

**Isabella Almeida de Abreu Aquino**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mestranda em Antropologia Social

**Jéssica Souza Andrade**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, mestranda em Antropologia Social

**Jeferson Bastos de Souza**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, doutorando em Antropologia Social

**Joaquim Pereira de Almeida Neto**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, doutorando em Antropologia Social

**José Batista Franco Júnior**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, doutorando em Antropologia Social

**Juliana Oliveira Silva**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pós-doutoranda em Antropologia Social

**Lucas de Mendonça Marques**, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pós-doutorando em Antropologia Social

## COMITÊ EDITORIAL

**Alcinda Honwana**, London School of Economics and

Political Science, Reino Unido | **Andréa de Souza Lobo**, Universidade de Brasília, Brasil | **Camila Mainardi**, Universidade Federal de Goiás, Brasil | **Claudia Quijano**, Universidad Industrial de Santander, Colômbia | **Delcídes Marques**, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil | **Flavia Medeiros**, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil | **Gilton Mendes dos Santos**, Universidade Federal do Amazonas, Brasil | **Luzania Barreto Rodrigues**, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Brasil | **Margarita Chaves**, Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Colômbia | **Maria Raquel da Cruz Duran**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil | **Marília Flores Seixas de Oliveira**, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil | **Mauricio Acuña**, Dartmouth College, EUA | **Michele Escoura**, Universidade Federal do Pará, Brasil | **Moises Lino e Silva**, Universidade Federal da Bahia, Brasil | **Natalia Quiceno Toro**, Universidad de Antioquia, Colômbia | **Paulo Victor Leite Lopes**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil | **Raquel Wiggers**, Universidade Federal do Amazonas, Brasil | **Saturnidno "Jun" M. Borras Jr.**, International Institute of Social Studies, Países Baixos | **Silvana Nascimento**, Universidade de São Paulo, Brasil | **Valéria Mendonça de Macedo**, Universidade Federal de São Paulo, Brasil | **Vera Regina Rodrigues da Silva**, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Brasil

## REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

**Gabriela Lages Gonçalves**

**Giovana Pereira Langoni**

**Jeferson Bastos de Souza**

**Jéssica Souza Andrade**

**João Victor Gomes Varjão**

**José Batista Franco Júnior**

**Isabella Almeida de Abreu Aquino**

**Victor Miguel Castillo de Macedo**

## CAPA

"Uprising", de Mary Hazboun (@maryhazboun48)

## APOIO

PPGAS/USP

CAPES

AGUIA/USP



e219931

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i2pe219931>

# Demandas, emergências e antropologias

VICTOR MIGUEL CASTILLO DE MACEDO   
Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil  
victormcmacedo2@gmail.com

JOÃO VICTTOR GOMES VARJÃO   
Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil  
jvgomesvarjao@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe226761

**resumo** Este ensaio editorial analisa o volume 33.1 da revista *Cadernos de Campo*, destacando a preocupação fundamental na formação da antropologia, agora delineada por novos contornos e questões, com "novos sujeitos", a partir de demandas e emergências antropológicas. Este contexto aproxima e distingue as reflexões, ensaios, resenhas, artigos, tradução e entrevista que compõem a edição, oferecendo uma perspectiva sobre as produções antropológicas atuais.

**palavras-chave** Antropologia contemporânea; *Cadernos de Campo* (São Paulo – 1991); Emergências; Demandas; Editorial.

## Demands, emergencies and anthropologies

**abstract** This editorial essay analyzes volume 33.1 of the journal *Cadernos de Campo*, highlighting the fundamental concerns in the formation of anthropology, now delineated by new contours and issues with "new subjects," stemming from anthropological demands and emergencies. This context both connects and distinguishes the reflections, essays, reviews, articles, translation, and interview that comprise this edition, offering a perspective on current anthropological productions.

**keywords** Contemporary anthropology; *Cadernos de Campo* (São Paulo – 1991); Emergencies; Demands; Editorial.

Talvez seja possível iniciar nosso comentário sobre esse volume por um dos “começos” da antropologia: a reconhecida, e tantas vezes revisitada, inauguração do método da “observação participante” proposto por Bronislaw Malinowski. Na resenha de Marcelo Moura Mello, intitulada “Os circuitos do Kula” (Mello, 2024), a obra centenária “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” recebe uma atenção peculiar: seu resenhista assume para a leitora ou leitor que irá deixar o primeiro capítulo que introduz “o tema, o método e o objeto da pesquisa” de lado. Seu ambicioso objetivo é oferecer um olhar para como, de fato, Malinowski faz o que ficou conhecido como observação participante. Para estes editores, o autor é bem sucedido, porque articula a monumental etnografia do antropólogo polonês como uma rota de navegação, onde troca com outras comentadoras os efeitos do objeto de pesquisa (entre elas Eunice Durham e Marilyn Strathern). Sem, com isso, jamais sair do mar de detalhes mobilizados originalmente para explicitar como ocorre o Kula (a instituição/objeto em questão). Além de demonstrar o caráter econômico das trocas da instituição trobriandesa que foi elevada à categoria de pensamento, Mello oferece os indícios por onde buscar os encontros da “magia do etnógrafo” com a magia trobriandesa. Seu



e226761

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe226761>

cuidado se estende também na indicação das reverberações que a obra continua a proporcionar enquanto “ponto de partida e de passagem” (Mello, 2024: 9). Reiterando, entre outras coisas, a atenção de Malinowski à importância de se dominar a língua dos interlocutores de pesquisa, Marcelo Mello aponta para uma linguagem que de certa forma se replica de diferentes maneiras nos trabalhos desta edição da Cadernos de Campo. Aqui, nos referimos à preocupação com “o “desaparecimento” rápido e irremediável do “objeto” da etnologia, justamente no momento no qual a disciplina começava a “pôr em ordem seus laboratórios” (Malinowski, 2018:47)” (Mello, 2024: 8).

Essa preocupação seminal na formação da antropologia, com novos contornos e questões, “novos sujeitos” (diria Eunice Durham, em seu também clássico texto de 1986), informa aquilo que estamos chamando aqui de demandas e emergências. Elas aproximam e diferenciam as reflexões, ensaios, resenhas, artigos, tradução e entrevista, que compõem a edição 33, número 1 de 2024 da Cadernos de Campo. Vejamos como operam as demandas de uma antropologia contemporânea.

### **As demandas**

Como um ponto a se destacar nessa questão, está a entrevista com o artista indígena contemporâneo, Jaider Esbell (in memoriam), do povo Macuxi, realizada por Daiane Marques e Delcides Marques em novembro de 2017. O texto parece operar enquanto um prenúncio das demandas de diversos artistas indígenas nos últimos dez anos. Aliás, o fato de Esbell ter recebido o prêmio PIPA em 2016, depois de ter participado da 34ª Bienal de São Paulo de 2021, como curador da mostra “Moquém - Surai: arte indígena contemporânea” demonstra que muitas das projeções imaginadas na entrevista, aqui publicada, se realizaram. O contexto de sua corajosa empreitada pelo Brasil entre 2016 e 2017, sem financiamento público ou privado, pode ser complementado pelos projetos de outros e outras artistas indígenas, conformando um grande questionamento sobre seu lugar no mundo das artes e a relação com a academia (entre outras áreas, a antropologia). Para citar alguns exemplos, não custa lembrar do projeto “Re-antropofagia” com Denilson Baniwa; a intervenção “Pajé-onça” de Denilson Baniwa na 33ª Bienal de São Paulo em 2018; e a atuação de Sandra Benites como curadora na exposição “Dja Guata Porã: Rio de Janeiro Indígena” (2016-2018) do Museu de Arte do Rio de Janeiro, entre tantas outras.

A propalada autodeterminação ontológica, ainda e sempre em disputa enquanto houver a “máquina do mundo”, parece ter atingido graus inimagináveis no tempo que sucede a data da entrevista. A escolha de companheiros indígenas, como Denilson Baniwa, Gustavo Cabocco e Glicéria Tupinambá, enquanto curadores do pavilhão brasileiro da Bienal de Veneza de 2024, parece ser o ponto que Jaider Esbell almejava para a arte indígena: não ser questionada pela possibilidade de ser vendida, nem estar alheia aos complexos cosmo-ontológicos a que pertence. Em suas palavras a função da arte seria “proporcionar essa possibilidade de mundo enxergar-se de uma forma guiada...” (Esbell; Marques; Marques, 2024: 15). Ou evidenciar a multiplicidade de presenças do tempo mítico. Há um aspecto também, nessa mesma fala, de autodeterminação pragmática da vida, como se o que importa mais é quem determina a relação do que com quem se relaciona. No caso, Jaider Esbell reivindicava para as artes indígenas contemporâneas uma relação com o povo da mercadoria

(das artes). Quem determina como deve se dar essa relação são os próprios artistas indígenas, por isso, sua exposição se chamava “It was Amazon”, e pelo mesmo motivo, os entrevistadores mantiveram em inglês no título, a proposta de des-romantizar a Amazônia, quiça fazer torcer a ficção nacionalista que, em seu nome, já cometeram atrocidades.

Essa é uma demanda que ressoa no artigo de João Marcus Cardoso “Cativo e Caraíba: uma negociação cosmopolítica tupinambá” (Cardoso, 2024). Nele, encontramos a releitura da obra do alemão Hans Staden sobre sua captura por indígenas Tupinambá em 1554. Contra a aventura romanesca cujos cronotopos reiteram uma auto-imagem de herói para o mercenário alemão, Cardoso oferece nova luz a temas clássicos da antropologia brasileira como as formas e o significado da vingança entre esses povos, para indicar o valor da obra como peça que descreve múltiplas agências cosmopolíticas. De modo que sua proximidade com a entrevista de Jaider Esbell esteja menos no fato de questões indígenas serem mobilizadas em ambos os textos, e mais na forma como se propicia o contato ou acoplamento entre complexidades distintas (como observou, Cesarino, 2017). O que até então pareceu ser somente uma narrativa da astúcia do homem branco diante da ingenuidade indígena - segundo seu próprio relato - é revisitado, à modo da famosa releitura da viagem do Capitão Cook nas ilhas do Pacífico, feita por Marshall Sahlins. A complexidade do pensamento Tupi é reelaborada pela linha do enredo de Staden, na análise de Cardoso, onde ele pondera a intrincada negociação cosmopolítica necessária para entender o lugar das nacionalidades, do encontro entre deuses, e da utilidade que aquele cativo teria para as demandas Tupi. O esforço antropológico para elevar a categorias de pensamento aquilo que não é ocidental remonta, notem, a *longue durée* do advento do colonialismo. Por isso, essa volta ao passado dos primeiros séculos da colonização do território brasileiro matizada pela releitura de João Marcus Cardoso nos impele a desvelar os sistemáticos silenciamentos do passado (cf. Trouillot, 1995). À luz da entrevista de Jaider Esbell, observamos que os futuros imaginados só serão revolucionários se pensados em colaboração cosmopolítica (ética, estética e ontologicamente plurais) com os outrora “nativos” da antropologia.

É nesse feixe entre passado e futuro que o artigo de Bianca França e Fernanda de Oliveira e Silva nos permite aterrar em formas de presentificar a resposta a antigas demandas de maneira inovadora e inventiva. O título “O contrário da morte é a festa: uma análise sobre a Festa do Preto Velho enquanto patrimônio autorregulado de Belo Horizonte” (França; Oliveira e Silva, 2024) anuncia o que pode acontecer quando a autodeterminação ocorre na prática. Traçando uma linha que mobiliza eventos “estruturais” (como o 13 de maio) aos processos coletivos de patrimonialização da Festa do Preto Velho, como celebração religiosa que ocorre desde 1982, as autoras descrevem um contexto de colaboração e conflitos cosmopolíticos. No que se refere a colaboração, observamos, segundo sua descrição, o movimento de diversos terreiros de Candomblé e Umbanda na autogestão da elaboração de uma proposta de salvaguarda de patrimônio imaterial da festa. Como se fosse uma federação de aquilombamentos, diversas organizações conseguem articular um ordenamento entre si que respeita a ancestralidade e a antiguidade. A pesquisa-processo (França; Silva, 2024:5), que se pautou no princípio metodológico da “bola-de-neve”, respeitou as hierarquias e a distribuição de funções próprias de cada terreiro a partir de sua relação com a festa. Aos mais velhos, às entidades e divindades, o espaço de consultores. A temporalidade em espiral,

própria da tradição afrobrasileira, fez das experiências da festa formas presentificadas de se atar o passado ao futuro.

O título dado ao relatório produzido parece evocar essa temporalidade múltipla da diáspora africana: “Cherô Guiné”, onde as palavras remetem à agência desta planta que materializa as presenças invisíveis pelo seu perfume. Cheirou (Cherô), conjugado em passado perfeito e escrito no seu uso pragmático traz a afirmação de um “estar aqui” que não pode ser questionado. No entanto, é através dos diversos processos e questionamentos históricos que as autoras situam o autorregistro numa história de negações e questionamentos sobre a praça, a religiosidade afrobrasileira em Minas Gerais e a festa. A cena que descreve um pastor da Igreja Batista da Lagoinha a organizar um ataque à Festa do Preto Velho de Belo Horizonte expõe as perniciosas permanências necropolíticas da velha aliança entre cristianismo e Estado. Por isso, a compreensão do binômio morte/festa se apresenta de forma etnográfica: as autoras elencam presenças históricas ontologicamente diversas para delinear a aliança cosmopolítica que permitiu a elaboração do material para o autorregistro; a morte ou a pressão necropolítica é contraposta pelos corpos em festa e liberdade.

É inevitável encontrar, nesse caso, proximidades com a resenha de João Daniel Dorneles Ramos e Jean Filipe Favaro (antropólogo e, Pai-de-Santo pesquisador, respectivamente), do livro “Exu: Um Deus Afro-Atlântico no Brasil” de Vagner Gonçalves da Silva. Enquanto a versão ampliada da tese de livre-docência do autor, a obra traz como eixos, três partes: sobre a cosmovisão africana de Exu; a respeito da entidade nas igrejas neopentecostais; e sua presença na mitologia Afro-Atlântica. Além de destacar a quantidade expressiva de materiais mobilizados por Silva, os autores da resenha apresentam como tais eixos podem elucidar ou complexificar as encruzilhadas de Exu em suas muitas versões. Talvez o ponto a ser destacado é a percepção que o movimento de sincretização, já muito estudado por antropólogos e antropólogas brasileiras, não tem somente um sentido: não há só a cristianização de imagens africanas, mas a africanização de elementos religiosos eurocristãos. Isso importa e transcende a experiência brasileira porque as variações do encontro propiciado pelas violências da colonização são muitas ao longo das Américas e do Caribe. Os exemplos cubanos, citados no livro e na resenha, servem de lembrete dos tantos outros Exús que podem habitar os países do hemisfério. A demanda urgente, trazida por esta reflexão, está na descrição do fino trabalho de interpretação dos processos de demonização da entidade de origem africana. São processos que reelaboram o maniqueísmo que divide bem e mal, e só pode se justificar pelo complexo de violências racistas contra as práticas afrorreligiosas (também observado na reflexão de França e Silva).

Que esta entidade de múltiplas faces e versões intitule o trabalho resultante de um rito acadêmico público que consagra Vagner Gonçalves da Silva é algo que parece operar um paralelismo com as questões tratadas em outra resenha desta edição: qual seja, onde as entidades e outros planos ontológicos indicam e orientam as demandas. Diógenes Cariaga nos convida a atender às “lições sobre recusa na Antropologia” oferecidas por Mauro Almeida em “Caipora e outros conflitos ontológicos” (2021). Obra que reúne artigos de diferentes momentos da carreira do antropólogo acreano, é descrita nesta resenha pela sua contribuição conceitual: o resenhista propõe uma conversa que gira em torno das

possibilidades de “concordância pragmática” (Almeida, 2021: 238), destacando os diálogos teóricos produzidos por Almeida com a obra de Karl Marx, num primeiro momento, e com Claude Lévi-Strauss no segundo. Na terceira parte do livro resenhado, o diálogo com as ontologias indígenas no questionamento onto-epistemológico das ciências atualiza seu olhar para os fins-de-mundo em curso. Cariaga destaca o quanto o engajamento político socioambiental do início da carreira de Mauro Almeida (Cariaga, 2024:2) serviu de motor e suporte para sua capacidade criativa e para a atenção que legou às coexistências e multiplicidades ontológicas incompatíveis. É fazendo uma aproximação entre a obra de Almeida e demandas que encontrou entre seus interlocutores Guarani, que Cariaga vai explicitar a existência de uma guerra em curso – não somente conflitos num sentido tênue. O alinhamento entre a truculência física e a truculência ontológica se exprime no projeto de monocultura onde somente os interesses do povo da mercadoria devem ser atendidos. O retorno recente do debate sobre a tese do Marco Temporal (fruto da ginástica interpretativa da lei e da má-fé do mundo da monocultura) é uma amostra da urgência destas questões.

Mas o movimento e as articulações do “povo da mercadoria” não se dão somente em um plano territorial físico. Na resenha “Mentes maquinicas estendidas: por uma antropologia cibernética” de Daniel de Jesus Figueiredo e Rafael Antunes Almeida, encontramos uma abordagem a respeito das inovadoras contribuições da antropóloga Letícia Cesarino em seu livro “O mundo do avesso: verdade e política na era digital” (2022). Os autores da resenha explicitam de forma clara a proposta do livro: “O mundo do avesso (...) é um dos resultados de uma pesquisa etnográfica iniciada em 2018 e que se incumbiu de estudar a forma como o bolsonarismo emerge como antiestrutura política e social por meio do mundo digital” (Figueiredo; Almeida, 2024: 2). A notável relevância do estudo se dá, não só como resposta fundamentada à dinâmica da política contemporânea, mas como aporte aprofundado que aproxima uma antropologia da técnica e da ciência de questões do pensamento político (retomando a combinação presente em “Jamais fomos modernos” de Bruno Latour, 2007 [1991]). O diálogo com as chamadas “ciências da complexidade”, convocadas por Cesarino para dar conta do problema da pós-verdade, demanda também uma atenção ao dimensionamento de escalas proposto nas reflexões que compõem o livro. Tomando como base, ainda, a perspectiva cibernética de Gregory Bateson, para compreender as ideias enquanto padrões que emergem no coletivo, os fenômenos políticos e sociais dos últimos anos (em que grandes mídias sociais como WhatsApp, Facebook e Youtube operam como infraestruturas) podem ser abordados a partir de suas dimensões técnicas. Recuperando, também, a noção de sistema no diálogo com a cibernética, ferramenta de análise e pressuposto da arquitetura das plataformas, outro diálogo da teoria antropológica emerge: a relação estrutura/antiestrutura a partir da obra de Victor Turner. A noção de antiestrutura é central para a compreensão da proposta (e dos achados) do livro, onde as diversas formas de negacionismo, teorias da conspiração e bolsonarismo procuram propiciar “o englobamento de modelos de reconhecimento universal por modelos de reconhecimento bifurcado” (Cesarino, 2022:20). Num contexto de crise sistêmica onde o horizonte de uma nova síntese nem sequer existe é importante compreender quais são as forças que catalisam tal colapso. Nesse caso, o caráter de aceleração propiciado pelas novas mídias é fundamental. Nelas, o usuário humano é o ambiente para a agência de sistemas não

humanos de algoritmos. É nessa relação entre sistemas algorítmicos e a vida off-line que se dá o contexto de polarização e radicalização. A assombrosa combinação de fatores que gera aquilo que a autora chama de públicos antiestruturais, resultantes do duplo processo de digitalização e neoliberalização, cria esses espaços afeitos às teorias da conspiração.

Estas apelam aos afetos e aos processos primários para reconciliar ideias de pureza e impureza (no sentido de Mary Douglas) e oferecer um senso de controle ou segurança que “projeta em agentes ocultos ou distantes a responsabilidade pelos grandes eventos” que também geram “a supervalorização da experiência como fonte de conhecimento” (Figueiredo; Almeida, 2024: 4). A relevância da obra para o debate público contemporâneo no Brasil ainda está por ser medida. Sua complexidade técnica e teórica demanda a ajuda de mapas como o que encerra a resenha de Figueiredo e Almeida, explicitando o caminho espiralar da reflexão.

Que uma análise sobre os dilemas que envolvem o retorno autoritário na política brasileira esteja entre o que consideramos as demandas de uma antropologia contemporânea, não significa que somente a grande escala interesse. Assim como nos artigos de João Marcos Cardoso e de Bianca França e Fernanda Silva, exemplos particulares podem fornecer importantes indicativos de movimentos macrossociais.

No artigo “Portugal migrante: ativismo e resistência em tempos de ascensão da extrema-direita”, o pesquisador Lucas Arantes Zanetti traz o panorama de um país europeu às voltas com sua própria colonialidade. Combinando pequenos excertos de trabalho de campo entre organizações de imigrantes, com dados quantitativos e qualitativos (como entrevistas), o autor apresenta os sinais da marcha da extrema direita em Portugal (que assumiu o poder neste 2024, com o partido Chega). Conforme observa, “a presença dos cartazes do Chega por toda a Lisboa é também um lembrete: a qualquer momento o pouco espaço político e social que os imigrantes tinham poderia ser retirado” (Arantes, 2024: 8). Tal presença justifica o medo expresso por seus interlocutores. Assim, não deixa de ser curioso que seu argumento passe por remontar a economia de afetos do lusotropicalismo de Gilberto Freyre, como fundamento subjetivo da relação de portugueses com seus imigrantes. A colonialidade portuguesa é brasileira, e como os antagonismos em equilíbrio do pensador pernambucano, alimenta a visão harmônica da sociedade a partir dos humores nacionais: quanto mais imigrantes, mais os portugueses afirmam sua própria subjetividade nacional. Quanto maior a harmonia, maior o ódio e o medo. A xenofobia se une à discriminação racial e à homofobia; muitos brasileiros e brasileiras que migraram fugindo do contexto propiciado pelo bolsonarismo encontraram “novas humilhações” e outras formas de exploração.

A resistência a este contexto é descrita pelas ações da Casa do Brasil de Lisboa, espaço de afeto e cuidado com as pessoas que chegam ao país, cuja arquitetura mescla o novo e o antigo. É um lugar que para Arantes gera outras territorializações possíveis na antiga metrópole colonial. No entanto, o momento é de apreensão para estes atores lidando com os desejos de grupos políticos no poder em um país que mal soube lidar com seu ressentimento colonial. Nas complexas afetividades microssociais, proporcionadas pelo contexto de violência, há a demanda pelo olhar antropológico que não se rende aos psicologismos nem aos sociologismos.

Em “O que se cala: reflexões dos interditos nas pesquisas sobre estupro”, a autora Maynara Costa de Oliveira Silva irá traçar linhas de contato entre as materialidades e afetividades que compõem a pesquisa em arquivos sobre mulheres violentadas. Ao ser transportada pelas descrições encontradas nos documentos policiais, Silva parece bordejar as margens do Estado de dentro de uma de suas instituições mais características, uma delegacia de polícia. A surpresa de se deparar com relações pessoais e profissionais na leitura dos arquivos – um homem (estuprador) conhecido, uma jovem mulher (vítima) conhecida - torna a situação, a sala fria e o folhear das pastas, um momento sufocante. O nojo, desprezo, a repugnância e a fúria da pesquisadora desafiam os cânones da observação neutra pela via da afetação essencialmente política. O exemplo extremo desta etnografia de bolso reitera outro aspecto do que entendemos por demanda no fazer antropológico contemporâneo: um compromisso com a justiça social e a dignidade em contextos de violência de gênero e raça. E isso não significa passar por cima das minúcias da pesquisa, mas encará-las de peito aberto, como uma costura, um bordado ou trançado que demanda tempo e atenção.

Não chega a surpreender que, na mesma sessão desta edição, esteja o belo ensaio “Mãe e filho em campo: Costurando uma experiência etnográfica” de José Rolfran Tavares e Francisca das Chagas de Souza Tavares, filho e mãe. No âmbito de uma pesquisa sobre “sujeitos que maternavam jovens negros e tiveram seus tutelados assassinados” (Tavares; Tavares, 2024: 2), vemos o que os autores chamam de “costura da experiência etnográfica” uma textura feita através de um conjunto complexo de articulações entre trocas de afeto e de objetos. O cuidado e o acolhimento são apresentados nos brevíssimos excertos sobre a relação com tutoras de jovens negros assassinados sem recair em uma lógica piegas. O respeito que orienta as ações descritas (entre mãe e filho, entre os pesquisadores e as interlocutoras), apresenta também os limites e as situações em que não se deve “dar corda” (Tavares; Tavares. 2024: 6). A trama intersubjetiva que a costura produzida a quatro mãos produz nos parece exemplar das possibilidades que se abrem quando as relações em campo são levadas a sério.

As afetações propiciadas por objetos povoam a reflexão de Marcel Costa Azeredo, Adilson Silva Mello, Carlos Alberto Máximo Pimenta, intitulada “Tambores de Maracatu de Baque Virado: redes e afetações”. Não se trata de materiais ordinários, e sim tambores atravessados por itinerários, histórias e trajetórias que articulam tanto a presença africana no Brasil, quanto a produção sobre o folclore, a música popular e as expressões contemporâneas da música urbana. Os autores, no entanto, oferecem uma carta de navegação pelas relações construídas através da produção e aquisição dos tambores do Maracatu de Baque Virado. A rede sociotécnica em que árvores, suas madeiras, aros de metal, peles de animais, cordas, cola, técnicas de assemblagem de humanos com suas profissões, se relacionam de forma coordenada e delicada, apresentam um arranjo sensível às mínimas alterações. A demanda aqui é que a extensão dos debates sobre o valor patrimonial do Maracatu como cultura alcance e proteja também os produtores do seu tambor característico.

Se, na rede sociotécnica descrita por Azeredo, Mello e Pimenta as agências do Estado são parte de uma delicada composição em equilíbrio, no contexto das práticas do skate, como esporte e cultura, da cidade de São Paulo o fazer cidade se apresenta como um

tipo de linha de fuga das capturas estatais. Na resenha de Joana Munhoz Sevaio sobre o livro de Giancarlo Marques Carraro Machado, “A Cidade do Skate: sobre os desafios da cidadinidade” (2022), recebemos a imagem do palimpsesto como ferramenta heurística (em referência aos pergaminhos medievais onde textos apagados davam lugar a novas escrituras gerando a mistura de camadas e vestígios). O título da resenha “A cidade vivida pelos skatistas paulistanos: sociabilidades e apropriações do urbano” (Sevaio, 2024) dá os indicativos do que chama a atenção da autora na sua leitura do livro. Em diálogo com Michel de Certeau e Michel Agier, Sevaio segue o autor (Machado) ao reiterar a importância das práticas para a compreensão do “olhar skatista”. Refazendo o percurso do livro, atenta para os movimentos descritos na primeira parte da obra, onde a Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, é o palco dos embates e das tentativas estatais de enquadramento da prática do skate. No entanto, a busca por “novos picos” demonstra que a circulação é central para entender a cidade dos skatistas. É para a Zona Leste, Cidade Tiradentes, que a reflexão se espalha em direção à periferia, mas, ao mesmo tempo, o autor demonstra as apropriações que ocorrem nos espaços de poder do capitalismo financeiro paulista (das Avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini). O piso em excelente condição é um atrativo enorme para a prática do skate. Por isso, a segunda parte do livro, descrita por Sevaio, irá tratar das tentativas de enquadramento e a diferença produzida pelo street skate (no seu apropriar da cidade), com outras formas direcionadas à parques de skate. O terceiro e o quarto capítulo trazem um histórico do skate no Brasil e descrevendo suas formas de relação com o público e o privado, ora como algo marginal, ora como elemento vendável do marketing urbano. Na maior metrópole brasileira, o fazer skate é também fazer cidade, no meio de tantas outras formas de se apropriar do urbano.

Essas variações, ou a atenção às distintas perspectivas de um lugar, espaço ou território, fazem parte de um repertório mais amplo das ciências sociais. O olhar para minudências da vida, ou a possibilidade de recontar histórias sob outros pontos de vista, é uma demanda contínua do fazer antropológico. Na resenha de Phelipe Caldas Pontes Carvalho, intitulada “Um bate-papo com os tricampeões de 1970”, temos uma aproximação neste sentido da obra “Visões da Copa de 1970: entrevistas de história oral com jogadores da Seleção” (2020). Os autores Bernardo Buarque de Hollanda e Daniela do Amaral Alfonsi, oferecem “resenhas” (expressão para conversa ou fala no mundo futebolístico contemporâneo), que racham a imagem da conquista de 1970 em enredos mais instigantes que aquele então consolidado. Evidentemente, ligada ao contexto da ditadura civil-militar vigente no Brasil, e ao mesmo tempo, expressão do ufanismo daqueles anos, as entrevistas trazem novas perspectivas e alguns dos conflitos que permearam a vitória brasileira da Copa do Mundo de futebol masculino no México.

Talvez seja difícil estender todas as entradas encontradas em cada um dos textos trazidos para essa reflexão em uma lógica contínua. Existem desencontros, diferenças de escala e recorte importantes. Não se trata de ignorá-los em nome de uma suposta unidade do trabalho antropológico. O que nos parece mais uma coincidência é o fato de que, estando diante da diversidade de demandas atendidas por olhares antropológicos, não há narrativa oficial ou tentativa de suprimir alteridades que se sustentem. Ou, ainda, quando há o movimento de supressão, ele também está a ser examinado (como no caso da resenha da

obra de Letícia Cesarino, ou no artigo de João Marcos Cardoso). Em última instância, o que diferencia estes contextos de pesquisa é o caráter de urgência entre eles. É diante da ambiguidade do termo emergência (como algo muito urgente ou como o novo que se apresenta) que distintas perspectivas antropológicas têm sido trabalhadas. Passemos a algumas destas perspectivas presentes nesta edição.

### **As emergências**

De modo a inverter aquilo que se pretende quando escutamos a palavra emergência, podemos reunir algumas das reflexões aqui discutidas, no sentido de “histórias potenciais” conforme elaborado por Ariella Aïsha Azoulay (2024). Uma recusa ao novo para desvelar a urgência de obturações (no sentido fotográfico do termo) imperiais. O imperial enquanto componente das permanências coloniais e de sua imbricação com a infraestrutura capitalista é o solo do progresso, do novo, de um ideal de avanço que atropela diversas formas de vida. E, quando se pensa em emergências envolvendo a urgência da extinção, não nos referimos somente a vidas humanas.

É por esse motivo que este tópico de nossa reflexão se inicia com a tradução do texto “Shimmer: quando tudo que você ama está sendo destruído” de Deborah Bird Rose (gentilmente cedido pela University of Minnesota Press). A escolha da tradutora Priscilla Mello em manter a expressão que caracteriza o texto na língua original nos parece acertada pois de antemão explicita a intraduzibilidade de certas relações. O texto originalmente publicado na coletânea “Arts of Living on a Damaged Planet: Ghosts and Monsters of the Anthropocene” (2017), organizada por Anna Tsing, descreve um complexo de relações propiciadas pela agência da raposa-voadora, na região norte da Austrália. O brilho (tradução simples do termo shimmer em português) se refere, não só ao reluzir que se produz pelo pólen das flores em árvores da família Myrtaceae, mas também na noção Yolngu “bir’yun, que traduz como “brilhante” ou “cintilante” [shimmering]” (Rose, 2024: 3), discutida por Howard Murphy e tomada como central por Rose. O beijo que as raposas-voadoras dão nas flores, em busca de seu néctar, é contrastado com a monotonia da convivência com o “problema humano” que constitui o antropoceno. O alerta de Debora Bird Rose é fundamental: “Agir como se o mundo além dos humanos fosse composto de ‘coisas’ para o uso humano é um ataque catastrófico à diversidade, complexidade, abundância e beleza da vida.” Em outras palavras, o aparente caminho sem volta do fim do antropoceno, enquanto era antropológica, também é o resultado da lógica mecanicista que toma a natureza enquanto âmbito inerte à espera de ser utilizada pela marcha destruidora do progresso. A não atenção à beleza destas formas mais que humanas de companheirismo (entre flores, mamíferos e o seu brilho) é uma das emergências em curso.

Contemplar as poéticas presentes nos mundos humanos e não-humanos também é parte da argumentação composta por Malcom Ferdinand, autor do livro “Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho” (2022). Na resenha de Rosana da Silva Pereira, intitulada “Em busca da justiça ambiental e climática: Por uma ecologia decolonial”, observamos a reconstrução dos argumentos de Ferdinand na elaboração de uma crítica à ecologia ocidental. O autor de origem martinicana compreende a produção ambientalista como reprodutora de lógicas coloniais e racistas, por isso recorre ao caribe – essa região ou

espaço geocultural repleto de complexidades e distintas experiências centrais para a consolidação do capitalismo global - como “mundo” que pode oferecer respostas para as questões produzidas pelo racismo ambiental. Enquanto berço do plantationoceno, fronteira imperial e palco das primeiras rebeliões antiescravistas de que se tem notícia no hemisfério, o caribe não é só o mote da argumentação de Ferdinand. Opera também como parte do seu posicionamento o pensamento social que emerge das experiências caribenhas (em autores como Aimée Cesaire, Frantz Fanon, Édouard Glissant, Kamau Brathwaite, Sylvia Wynter entre outros) e suas poéticas para oferecer um repertório de leituras e respostas ao plantationoceno desde seus princípios. Por isso, o navio é a metáfora central para a leitura que ele faz a respeito da dupla fratura ambiental e colonial que instaura a modernidade. Como coloca Pereira: “A percepção caribenha sobre o mundo permite compreender a crise ecológica ao mesmo tempo que é necessário o entendimento de uma ecologia decolonial, que para o autor é uma ecologia-do-mundo, uma ecologia que compreende os atravessamentos do racismo na estruturação da modernidade.” (Pereira, 2024: 2). Talvez o próprio título da resenha não faça jus ao que o texto apresenta com relação à centralidade da questão racial para o argumento de Ferdinand. No entanto, a capacidade de síntese, diante do vasto léxico apresentado, nesta obra que é uma versão condensada da tese de doutoramento de Ferdinand, faz da resenha aqui publicada um instrumento de diálogo com o livro resenhado. A urgência da questão racial, tal como elaborada no argumento do autor, opera de fato como uma emergência, no sentido da etimologia da palavra: traz à superfície as imbricadas relações entre o despojo do meio-ambiente, o deslocamento de populações advindas do continente africano e a acumulação primitiva do capital.

O contexto contemporâneo da emergência climática, os diversos eventos que assistimos nos últimos anos, como as recorrentes enchentes (a mais recente a tragédia no Rio Grande do Sul), o avanço das queimadas e do desmatamento, as secas que assolam regiões inteiras parecem replicar nada menos que uma experiência histórica e antropológica de povos caribenhos. O tipo de catástrofe ambiental mais comum na região, inclusive, tem sua etimologia da palavra taino Huracán ou, em português, Furacão. Mas o terremoto de 2010 no Haiti demonstrou também que outras fragilidades podem emergir quando as permanências coloniais se estendem por tanto tempo. Essa tragicidade geosocial (quando não são furacões, são revoluções, ver Scott, 2004) a que a região está submetida não é mero efeito de posicionamento geográfico e, sim, resultado da ação humana e suas complexidades. Chama a atenção que a geopolítica moderna tenha sido capaz de reproduzir elementos comuns ao contexto caribenho e sua tragicidade em outros lugares não-europeus, na África, na Ásia, nos Balcãs e no Oriente Médio: o deslocamento massivo de pessoas; o insuflar de etno-nacionalismos e genocídios; a instalação de aparatos bem-intencionados do terceiro setor com um certo humanitarismo e com sua governamentalidade; e, por fim, a atenção e solidariedade temporárias às catástrofes que assolam esses lugares.

Dentre as tragédias mais recentes, a intensificação do genocídio de longo prazo na Palestina chama a atenção. A palavra Nakba, que em árabe significa catástrofe, é reiteradamente trazida nos textos que compõem o dossiê “Palestina no contexto do colonialismo” de Bárbara Caramuru Teles e Helena Manfrinato Othman (a ser apresentado adiante em Caramuru; Manfrinato, 2024). Tendo como referente original os

acontecimentos de 1948 que resultaram na perda expressiva do território palestino para o Estado de Israel, no deslocamento forçado/exílio em massa de milhares de palestinos, esse termo se multiplica, se prolonga e complexifica os significados da experiência de ser palestino (conforme visto em Manfrinato; Hamid, 2024). Especificamente na reflexão de Helena Othman e Sônia Hamid, são discutidas as questões que envolvem a vinda de palestinos do Iraque e palestinos da Síria ao Brasil. Essa multiplicação de significados e funcionalidades dos modos institucionais de resolução de conflitos do ocidente adquire forma e conteúdo através das diversas abordagens oferecidas no dossiê. Talvez, mais que explicitar o evidente contexto de colonialismo que vive a Palestina, encontramos no dossiê o valor de análises que evidenciam as diversas camadas que compõem os modos de existência palestina. Dentre estas, o duradouro acosso do Estado de Israel, apoiado direta e explicitamente por Estados Unidos e Inglaterra, nos impele a necessidade de pensar a antropologia de outra forma, retomando a questão das demandas já discutidas.

Na apresentação do dossiê as organizadoras propõem que a

Nossa Antropologia nasceu, como afirma Talal Asad (2017), com o pecado original do colonialismo, com análises ‘produzidas por europeus para audiências europeias – de sociedades não europeias dominadas pelo poder europeu’ (Asad, 2017: 320) que operam tanto em nossa teoria quanto prática etnográfica. (Teles; Othman, 2024: 1).

Apesar de estarmos de acordo com a crítica original de Asad (1973), atual, ainda que datada, nos parece importante sugerir algumas nuances na ideia de uma antropologia “nossa” que seja produzida por europeus e que reluta em admitir estruturas de poder. Se retomamos a preocupação de Bronislaw Malinowski com a urgente demanda que lhe parecia ser o fim de uma cultura e, por conseguinte, as populações em vias de extinção mencionadas acima, não parece ser o caso de uma análise que não admite estruturas de poder. As estruturas de poder estiveram presentes em diversas análises resultantes da observação participante ao longo da história da antropologia, mas a localização do antropólogo (em sua maioria homens brancos) não. Por outro lado, vale dizer também, que a hierarquização da alteridade é anterior à antropologia como modo de produção de conhecimento, ainda que haja inegável laço de parentesco entre o desprezo e a curiosidade sobre o Outro do ocidente. Reis, rainhas, missionários, aventureiros, piratas, padres, teorizaram sobre a alteridade muito antes dos modernos que conformaram a tradição antropológica.

A caixa de ferramentas da antropologia de Malinowski, por sua vez, é o instrumental escolhido por uma das principais antropólogas da colonialidade: Rita Segato (2021: 19). Vale mencionar que é Segato que vai definir o movimento de colocar essa caixa de ferramentas à disposição de povos e comunidades como uma “antropologia por demanda”. Sua delimitação teórica está relacionada com o compromisso histórico elaborado no contexto latino-americano (conhecido através da obra de Aníbal Quijano como Colonialidade/Decolonialidade). Importa aqui lembrar suas diferenças com a descolonização da mente em Frantz Fanon (2005 [1961], 2020 [1952]), e seu diálogo com os movimentos pós-coloniais africanos. Em paralelo está o grupo de estudos subalternos

proveniente da Índia, o qual tem Gayatri Spivak como uma de suas lideranças. Esse último foi importante para a consolidação dos Estudos Culturais na Inglaterra (que tiveram, entre outros o jamaicano Stuart Hall como um de seus principais nomes), interlocutores importantes para a conformação da ideia de Orientalismo, elaborada por Edward Said. Sua discussão dialoga diretamente com Michel Foucault, e mais recentemente tem sido reeditada pela noção de necropolítica de Achille Mbembe.

Esse último eixo é retomado em muitas das análises trazidas no dossiê. Em especial, a discussão de Kamal Cumsille sobre os acordos de Oslo como um dispositivo de governamentalidade parecem dar o tom do acúmulo de conflitualidades gerados nos anos 1990. Ressaltamos, especificamente, como ele opõe autodeterminação ao autogoverno proposto pelo dispositivo Oslo (2024: 8). A inspiração para esse arranjo institucional de gestão estava na leitura de analistas como Samuel Huntington, Francis Fukuyama e Adam Przewoski, que fixou um ideal de democracia liberal (caracterizada pela existência de eleições), combinado com a economia de mercado capitalista. Conforme descreve o autor, o que importava era a existência de eleições e da razão econômica liberal para aqueles que negociavam um acordo entre as partes envolvidas na ocupação do território palestino (o eixo democracia eleitoral e economia de mercado). A retirada de colonos e o fim da ocupação eram objetivos menores. A existência de uma autoridade reconhecida pelas instituições que negociaram a restrição palestina à Faixa de Gaza e à Cisjordânia, tornou motivo de suspeição desde o início.

Essa discussão demonstra que a qualidade do dossiê está menos na “velha” preocupação antropológica com seu passado colonialista, e mais nas complexidades da experiência colonial que apresenta, não só a contrapelo (Caramuru Teles, 2024), mas no sentido do arquivo como diria Ann Stoler (“along the archival grain”, 2008). Sobretudo pela “ansiedade” sionista em criar uma narrativa de vitimismo diante da constante violência que produz; violência que não se limita a atos de guerra e que se recusa ser questionada; violência que revive as formas mais cruéis e modernas de segregação na experiência colonial, e cuja cobertura midiática é sempre atenuada. Nesse sentido, Flávia Odenheimer demonstra em seu texto como a organização Stand With Us promove a islamofobia em seus materiais educativos. Ou, ao menos, de que forma existe uma economia discursiva que exime o estado de Israel de sua atuação colonialista e da violência que perpetua na região.

Um aspecto que também chama a atenção nas abordagens antropológicas da questão palestina é a combinação caleidoscópica de referências espaço-temporais. Os anos de 1948 e 1968 são os marcadores mais conhecidos, as intifadas (a primeira em 1987 e a segunda no ano 2000) vêm acompanhadas dos acordos de Oslo. No momento, assistimos a novos marcadores serem produzidos, que para certa narrativa se iniciam com os ataques do Hamas em 7 de outubro de 2023, mas que tem origens no cotidiano de privações físicas, arbitrariedades jurídicas e controles que se estendem aos corpos mais frágeis e aos lugares mais íntimos como crianças em suas casas.

No texto de Muna Odeh, professora da Universidade de Brasília, observamos as descrições de como uma mulher palestina se mobiliza para resistir e proteger sua filha pré-adolescente. As detenções de jovens palestinos são comuns na região de Jerusalém Oriental, parte predominantemente palestina da cidade. As redes sociais das adolescentes são

monitoradas e a qualquer momento elas podem ser convocadas a comparecer em um centro de interrogatório da polícia militar, como ocorreu com a filha da interlocutora de Odeh (2024: 3). Subsequentemente, ela foi confinada à prisão domiciliar (sem passar por processo legal). Assim, esse texto nos mostra que a dimensão cotidiana do conflito alarga a complexidade espaço-temporal do colonialismo israelense. Ele se espraia em direção aos campos de refugiados, aos abrigos, às gerações da diáspora palestina e se atualiza nos interditos cotidianos daqueles que vivem na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Complementar a este ponto está também a recente reflexão de Rafael Oliveira (2024), onde o autor que vive na região alerta após explicitar parte do cotidiano de checkpoints e cancelas, que ainda há muitas coisas que não podem ser ditas.

Nesse ponto, podemos ressaltar a obra da artista Mary Hazboun intitulada “Uprising”, que ilustra nossa capa desta edição, inserida no projeto mais amplo “The art of weeping” (A arte do pranto) e criada para o livro “Ce que la Palestine apporte au monde” (Araborama, 2023), do Instituto Árabe de Paris. A obra de Hazboun remete aos traumas adquiridos na experiência com a ocupação israelense e a sua migração forçada em 2004 para viver nos Estados Unidos. Publicada em março de 2023, Uprising traz alguns dos traços característicos do trabalho da artista, especificamente a expressão facial de tristeza ou lamento, ainda que nesse caso, a postura da mulher retratada indique um levante. Como o ato de processar seu luto, curar seu corpo, a arte de Hazboun reitera o caráter interseccional da violência colonial. A arte é a linguagem que restitui longos processos de despossessão como na noção de *ressentiment* proposta por Didier Fassin para explicitar afetos políticos (2013).

Talvez seja o caso de recorrer a outra obra de Ann Stoler (2016), na forma pela qual ela restitui as durabilidades da pressão imperial/colonial com suas permanências (a qual poderíamos recompor a partir de outros autores, como João de Pina Cabral, 2005 e/ou Fernando Coronil, 2019 [1996]). Em especial, chama atenção o caráter de ruínas e detritos que a convivência com o colonialismo ou seus rejeitos têm como legado. Desse modo, é possível aproximar a arte de Hazboun com o ensaio que apresentamos na sessão Quimeras desta edição, “Através das imagens: Fotografias intervencionadas e desenhos no caderno de campo” de Guido Negruzzi (2024). Nele, Negruzzi combina desenhos e fotografias para esboçar de certa forma a imagem de Bamba, figura reclamada pelas comunidades do centro e norte de Córdoba na Argentina. Parte folclore, parte lenda regional, a imagem de Bamba remonta um ser “selvagem”, ou negro ou indígena segundo os relatos (Negruzzi, 2024: 1) recolhidos no povoado de Casa Bamba. A recuperação de sua imagem, resquício evidente do período colonial espanhol, é feita, no entanto, com sinais trocados. Bamba, nas descrições de Negruzzi, aparece como símbolo da luta contra a mineradora Mogote Cortado. Esta empresa negara, após se instalar na região, o acesso dos moradores à estrada E55 pois haviam colocado um portão na saída (a modo das cancelas de colonos israelenses na Cisjordânia). Assim, Negruzzi “refaz” seu caderno de campo ao relacionar as lendas sobre Bamba e a nova significação que essa figura recebe pela comunidade em luta.

## Antropologias

Em certo modo, as emergências dos trabalhos publicados nesta edição, falam de urgências no sentido do perigo de extinção: na forma de genocídio ou limpeza étnica, nos efeitos do racismo ambiental, nos riscos que populações de não-humanos correm diante da atividade econômica humana, e claro, na exploração desmesurada de corpos geológicos continuamente tomados como “recursos”. Mas mostram também, e sobretudo, a emergência enquanto relações que são postas à luz – seja nas multiplicidades das formas de violência colonial, ou mesmo na necessidade de elaborarmos outros referenciais para nossas críticas. Há uma defesa pela autodeterminação que se repete, entre as demandas e emergências, em seu sentido mais amplo (conforme propõe Viveiros de Castro, 2002). Essa “tendência” já é quase tão antiga quanto a relação da antropologia com o colonialismo. O que há de novo é a convivência com entre os dejetos do colonialismo e o espólio da antropologia (como aponta Mello, 2024: 9), que ora se encontram, ora seguem distintos caminhos em oposição. A figura do palimpsesto reaparece aqui como possibilidade de convivência e sentido de regeneração (Haraway, 2019): não há porque negar os achados da tradição antropológica, mas é também parte de nosso ofício reconhecer e resgatar quais ficções persuasivas podem ser restituídas em nosso compromisso com as populações, povos, comunidades, sujeitos com quem produzimos nossas reflexões. Essa é certamente uma maneira de produzir a antropologia, não mais no seu singular, mas a partir de seu múltiplo e plural.

### Referências bibliográficas

- Arantes Zanetti, L. 2024. “Portugal migrante: ativismo e resistência em tempos de ascensão da extrema-direita”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e220715. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe220715>
- Azeredo, M. C., Mello, A. S Pimenta, C. A. M. . 2024. “Tambores de Maracatu de Baque Virado: redes e afetações”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e217130. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe217130>
- Azoulay, Ariella A. 2024. *História potencial: Desaprender o imperialismo*. São Paulo: Ubu Editora.
- Caramuru Teles, B., & de Moraes Manfrinato Othman, H. 2024. “Palestina no contexto do colonialismo”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e226852. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe226852>
- Caramuru Teles, B. 2024. “Palestina: do colonialismo e limpeza étnica ao apartheid”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e221585. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe221585>
- Cardoso, J. M. 2024. “Cativo e caraíba: uma negociação cosmopolítica tupinambá”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e214183 . <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe214183>
- Cariaga, D. E. 2024. “Lições sobre a recusa na Antropologia: Mauro Almeida e a tarefa da descolonização permanente do pensamento an(tropo)lógico”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e214672. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v32i2pe214672>
- Carvalho, P. C. P. 2024. “Um bate-papo com os tricampeões de 1970”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e207057. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe207057>

- Cesarino, P. 2017. “Conflitos de pressupostos na antropologia da arte. Relações entre pessoas, coisas e imagens”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32 (9). <https://doi.org/10.17666/329306/2017>
- Coronil, F. 2019[1996]. “Beyond Occidentalism: toward Nonimperial Geohistorical Categories”. In: Skurski, Julie et al. *The Fernando Coronil Reader: The struggle for life is the matter*. Durham: Duke University Press.
- Cumsille, K. 2024. “El Dispositivo Oslo”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e223977 . <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe223977>
- Fanon, F. 2005 [1961]. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- Fanon, F. 2020 [1952]. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Editora UBU.
- Fassin, D. 2013. “On Resentment and Ressentiment. The Politics and Ethics of Moral Emotions”. *Current Anthropology*. 54(3):249-267.
- Figueiredo, D. de J. ., & Almeida, R. A. 2024. “Mentes maquinicas estendidas: por uma antropologia cibernética”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e218664 . <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe218664>
- França, B. Z., & Cristina de Oliveira e Silva, F. 2024. “O contrário da morte é a festa: Uma análise sobre a Festa do Preto Velho enquanto patrimônio autorregistrado de Belo Horizonte”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e212843. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe212843>
- Goldstein, I. 2019. “Da “representação das sobras” à reantropofagia: povos indígenas e arte contemporânea no Brasil”. *MODOS. Revista de História da Arte*. Campinas, 3(3), 68-96. <https://doi.org/10.24978/mod.v3i3.4304>
- Hall, S. 2003. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Haraway, D. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, 157-210.
- Kilomba, G. 2019. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cogobó.
- Latour, B. 2007 [1991]. *Nunca fuimos modernos. Ensayo de antropología simétrica*. Buenos Aires:: Siglo XXI Editores.
- Manfrinato, H., & Hamid, S. 2024. “A Nakba contínua e múltipla: palestinos do Iraque e da Síria no Brasil”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e223549. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe223549>
- Marques, D., & Marques, D. 2024. “De-Romanticizing the Amazon: uma entrevista com Jaider Esbell”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e223458. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe223458>
- Mello, M. M. 2024. “Os circuitos do kula”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e222404 . <https://doi.org/10.11606/ISSN.2316-9133.v33i1pe222404>
- Mello, P. 2024. “Shimmer: quando tudo que você ama está sendo destruído”. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e215488. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe215488>

- Negruzzi, G. A. 2024. "Através das imagens: Fotografias intervencionadas e desenhos no caderno de campo". *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e219422. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe219422>
- Quijano, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- Odeh, M. 2024. "Interdição da infância e vigilância na vida de crianças palestinas e o projeto colonial de Israel". *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e223379 . <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe223379>
- Odenheimer Trevisan, F. 2024. "Islamofobia e propaganda sionista: uma análise do material educativo da Stand With Us Brasil". *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e223236 . <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe223236>
- Oliveira, R. G. de. 2024. "Vidas em mudança na Palestina". *Anuário Antropológico* 49 (1):400-406. <https://doi.org/10.4000/11ng0>.
- Pereira, R. da S. 2024. "Em busca da justiça ambiental e climática: Por uma ecologia decolonial". *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e217854. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe217854>
- Pina Cabral, J. 2004. "Cisma e Continuidade em Moçambique". In: Pina Cabral, João de & Carvalho, Clara. *A Persistência da História. Passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ramos, J. D. D., & Favaro, J. F. 2024. "Do eixo que Exu gira". *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e224338. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe224338>
- Scott, D. 2004. *Conscripts of Modernity. The Tragedy of Colonial Enlightenment*. Durham: Duke University Press.
- Segato, R. 2021. *Crítica da Colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do tempo.
- Silva, M. C. de O. 2024. "O que se cala: reflexões dos interditos nas pesquisas sobre estupro". *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e210298. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe210298>
- Spivak, Gayatri. 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Stoler, Ann Laura. 2008. *Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial common sense*. New Jersey: Princeton University Press.
- Stoler, Ann Laura. 2016. *Duress - Imperial durabilities of our time*. Durham: Duke University Press.
- Tavares, J. R., & Tavares, F. das C. de S. 2024. "Mãe e filho em campo: Costurando uma experiência etnográfica". *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 33(1), e218454. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v33i1pe218454>
- Viveiros de Castro, E. 2003. "And: after-dinner speech given at Anthropology and Science. The 5th Decennial Conference of the Association of Social Anthropologists of the UK and Commonwealth". *Manchester Papers in Social Anthropology*, n. 7. Manchester: Department of Social Anthropology, University of Manchester.

**sobre os autores**

**Victor Miguel Castillo de Macedo**

Possui graduação em Ciências Sociais (2012) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (2015). É doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021), e atualmente é bolsista de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (2021-2024). Dedicar-se a pesquisas na área de Antropologia da História, Antropologia da Arte, Antropologia Urbana e da Política com ênfase em contextos do Caribe e da África Subsaariana - respectivamente, República Dominicana e Moçambique.

### **João Victor Gomes Varjão**

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Cientista Social, graduado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em 2018. Participa do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo (NUMAS/USP), do Grupo de Pesquisa Ética, Poder e Abjeção da Universidade Federal da Bahia (EPA/UFBA) e do Grupo de Pesquisas RHECADOS - Hierarquizações Raciais, Comunicação e Direitos Humanos. Temas de pesquisa centrais são: sexualidade, gênero, território, sociabilidade e racialidade, bem como, interesses teórico-metodológicos acerca de pesquisa etnográfica.

**Autoria:** Os autores são responsáveis pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

**Financiamento:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Victor Miguel Castillo de Macedo teve financiamento da bolsa FAPESP processo 2021/05444-0, sob supervisão do professor João Felipe Gonçalves.

Recebido em 01/06/2024.

Aprovado para publicação em 15/06/2024.